

INSTRUMENTOS NORMATIZADORES DA PRÁTICA FOTOJORNALÍSTICA: BALIZAS DA ÉTICA PROFISSIONAL?

Normalizers of photojournalistic practice: beacons of professional ethics?

Paulo Munhoz*

RESUMO

O artigo investiga aspectos do impacto das técnicas digitais de edição e manipulação sobre o campo da fotografia documental-jornalística, em sua etapa de pós-produção. Buscou-se problematizar e discutir de que forma estão sendo delimitadas fronteiras entre o que caracterizaria uma alteração da realidade por manipulação de conteúdo, em contraposição a um ajuste técnico da imagem à realidade percebida pelo operador. Procurou-se verificar se os chamados Manuais de Redação Jornalística apresentam normas relativas à prática fotojornalística, que orientem os profissionais em relação aos limites da edição, no que diz respeito à manipulação fotográfica digital na pós-produção. Por hipótese, os manuais de redação

* Professor universitário, repórter fotográfico e jornalista, formado em Desenho Industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC). Mestre e Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pelo programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trabalhou em alguns dos principais veículos impressos nacionais, com 25 anos de experiência na prática fotojornalística. Segue carreira docente há 17 anos. Atualmente é professor de Fotojornalismo na Faculdade Social da Bahia (FSBA), além de pesquisador associado ao Gjol – UFBA (Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line), desde 2003. *E-mail:* paulocvmunhoz@gmail.com

Revisora técnica e de texto: Adriana Telles.

Data da submissão: 28.8.2017

Data do aceite: 12.3.2018

Última alteração efetivada em: 12.3.2018

configuram possíveis espaços de normatização, padronização de procedimentos e consolidação de parâmetros deontológicos, dada a proximidade de tais instrumentos com a vida profissional dos fotojornalistas. Os dados obtidos levam à conclusão de que grande parte das normas identificadas e analisadas se limita a observações genéricas e ambíguas, não definindo de maneira clara e inequívoca a linha que separa o ajuste técnico da manipulação de conteúdo. Ainda assim, algumas regras preconizadas nos Manuais de Redação podem levar à identificação de eventuais regularidades que funcionariam como parâmetros éticos, em relação à pós-produção digital de imagens fotográficas.

Palavras-chave: Manuais de redação. Fotografia. Fotojornalismo. Manipulação de imagens. Deontologia.

ABSTRACT

This article investigates aspects of the impact of digital editing and manipulation techniques on journalistic documentary photography in its post-production stage. The work discusses how borderlines are being delimited between what would constitute manipulation of content, as opposed to a technical adjustment of the image to the reality perceived by the operator. We tried to verify if the Journalistic Stylebooks present norms regarding the photojournalistic practice and photographic manipulation in post-production, as hypothetically they may considered spaces for standardization of procedures and consolidation of deontological parameters. The data obtained lead to the conclusion that a large part of the rules identified and analyzed is limited to generic and ambiguous observations not defining clearly and unequivocally the line separating technical adjustment from manipulation of content. Still, some rules raised in these Stylebooks may lead to the identification of regularities that could function as ethical parameters, regarding photographic image manipulation.

Keywords: Journalism stylebooks. Photography . Photojournalism. Image manipulation. Deontology.

Introdução

A fotografia digital, aliada às novas tecnologias da informação e comunicação, bem como às redes de alta velocidade na internet, torna-se ágil na forma como é produzida, difundida e consumida. A substituição de átomos por *bits* permitiu um amplo e democrático acesso à imagem fotográfica, não apenas no tocante a equipamentos mais acessíveis, inteligentes e automatizados ou pelas novas

oportunidades abertas pela *web*, mas também pelo acesso a uma variedade de novas ferramentas de produção e pós-produção. *Softwares* de edição de imagens têm ampliado em muito a capacidade de intervenção sobre as fotografias, colocando a questão da fidelidade ao mundo visível, como cada vez mais problemática. Vão sendo borrados os limites do aceitável em relação à edição fotográfica, ocasionando graves problemas éticos concernentes à imagem, enquanto “signo da verdade” ou como “reprodução do real”, (MACHADO, 1993, p. 3).

Os números atuais indicam uma cada vez maior saturação de imagens no século XXI: o aplicativo *Instagram*, por exemplo, teve cerca de 30 bilhões de fotos compartilhadas desde que foi lançado em 2010, numa média de 80 milhões de fotos por dia¹ e, no *Facebook*, outra rede social, calcula-se que já foram postadas em torno de 250 bilhões de imagens, numa média de 350 milhões de fotos diárias.² Ao todo, no mundo, são postadas ou compartilhadas cerca de 1.8 bilhões de fotos diariamente.³ São milhares de galerias, *slideshows*, álbuns e compartilhamento de milhões de *terabytes*, muitos dos quais, inevitavelmente, serão esquecidos no fundo de um HD.

Segundo o professor e pesquisador Silva Júnior (2014, p. 58), “o que temos é a popularização consolidada da fotografia digital em bases sociais, com usos vernaculares, que traz a modificação de hábitos de consumo do observador”. É o predomínio massivo do que o teórico Batchen (2000) chama de Fotografia Vernacular,⁴ um gênero que ganha grande impulso em 1888, com o lançamento da Kodak n.1 e que se consolida com a ampla acessibilidade permitida pela fotografia digital somada à internet, num processo contínuo de produção e compartilhamento imagético.

O universo da tecnologia digital não apenas tornou onipresente o aparelho fotográfico, que agora vai de câmeras extremamente sofisticadas a celulares e óculos, mas colocou ao alcance das mãos de qualquer utilizador variados *softwares* para a edição do material produzido. Basta vermos que, em uma rápida busca em dois importantes *sites* de *downloads*, o *Softonic*⁵

¹ Dados fornecidos pelo próprio Instagram. Disponível em: <<http://blog.instagram.com/post/129662501137/150922-400million>> . Acesso em: 20 nov. 2015.

² Number of monthly active Facebook users worldwide as of 4th quarter 2015 (in millions). Statista. Disponível em: <<http://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide>> . Acesso em: 15 out. 2015.

³ Blog do WhatsApp. Disponível em: <<http://expandedramblings.com/index.php/whatsapp-statistics>> . Acesso em: 25 nov. 2015.

⁴ O termo “vernacular”, aplicado à fotografia, tem sido utilizado em função de um interesse curatorial, em torno das produções em massa compartilhadas em redes sociais. (BURGESS, 2007, p.30). Segundo Titus Riedl (2010, p.17), o conceito, associado à fotografia, se atrela à noção de uma produção “anônima, geralmente íntima e sem pretensões artísticas”. É nesse sentido que utilizamos a expressão neste artigo.

⁵ Softonic. Disponível em: <<http://en.softonic.com/s/photo-editing-software>> . Acesso em: 27 nov. 2016.

e o *Baixaki*,⁶ usando os termos de busca “photo editing software” e “editor de fotografia”, encontramos mais de 850 programas voltados para a edição fotográfica, destinados às diversas plataformas.

De simples manuseio e praticamente intuitivas, essas ferramentas facilitam o contato do leigo com as inúmeras possibilidades de interferir no conteúdo das fotografias, alargando sua percepção quanto aos recursos de que os profissionais dispõem, agora, para intervir no resultado final. Como consequência dessa maior consciência, dessa percepção de que uma foto pode ser alterada sem que – aparentemente – as operações efetuadas deixem traços, nota-se uma gradual diminuição da fé do público nas fotografias, o que se torna mais problemático, quando falamos das fotografias de caráter documental como, por exemplo, a jornalística, cuja confiabilidade e a noção de autenticidade deveriam ser garantidas e preservadas.

Cabe aqui uma observação preliminar importante, para que se tenha claro o recorte adotado neste artigo, ao nos referirmos à manipulação fotográfica e ao tratamento fotográfico. Na fotografia existem inúmeros artifícios que são utilizados para alterar o sentido de uma imagem antes, durante ou depois do instante fotográfico: na pré-produção (por exemplo, com a montagem da cena, ou deslocamento de objetos para gerar melhores enquadramentos); no momento da produção da imagem (com uso de filtros sobre a lente) e na pós-produção (com recursos de *softwares* de edição, por exemplo). Nossa pesquisa centrou-se apenas nos procedimentos utilizados na chamada pós-produção fotográfica.

Existem diversos níveis de interferência nessa fase da edição fotográfica, alguns dos quais são considerados manipuladores e estão relacionados a processos que adulteram e falsificam a essência de uma fotografia; outros remetem a procedimentos que os profissionais da área entendem como imprescindíveis (SOUSA, 1998; 2004; WHEELER, 2002; IRBY, 2003), numa tentativa de aproximação da imagem registrada à realidade percebida pelo fotógrafo em campo e, portanto, **não** sendo vistos como manipulação, por supostamente não alterarem o significado daquilo que é mostrado, preservando a integridade do conteúdo. Tende-se a chamar essas interferências de “tratamento da imagem”.

A questão principal que colocamos é determinar se há e qual é o nível de clareza, para os profissionais hoje envolvidos com a fotografia jornalística, das fronteiras que separam o tratamento fotográfico da imagem (portanto, apenas um aperfeiçoamento técnico sem distorções de conteúdo) e a

⁶ Baixaki. Disponível em: <<http://www.baixaki.com.br/busca/?q=editor+de+fotografia&so=1&buscar=>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

manipulação digital, que tem trazido graves consequências relativas à ética profissional e para a credibilidade desse gênero fotográfico.⁷

Entendemos que a linha que – de alguma forma – separa a realidade da ficção na fotografia, e que sempre foi elástica, dentro de cada cultura e seu tempo, alcançou um ponto de extrema tensão. Essa perda de nitidez coloca em xeque a credibilidade da fotografia voltada para a documentação e leva a graves problemas relativos à ética profissional.

É certo que não podemos aplicar a todos os gêneros fotográficos uma mesma norma, no que se refere às manipulações e às consequentes alterações de sentido implicadas, que têm efeitos muito mais preocupantes, quando se trata da fotografia voltada para a documentação. Nosso objeto de interesse neste artigo centra-se nas fotografias de cunho jornalístico, aquelas que, para nós, estão enquadradas na categoria das fotografias documentais.⁸ Postulamos ser nessa categoria que as implicações de autenticidade e de veracidade, associadas à manipulação digital, são mais relevantes, principalmente no que diz respeito à ética e à deontologia profissionais, bem como nos efeitos deletérios sobre a confiabilidade/credibilidade, por parte do público-alvo de tais produtos.

Neste artigo,⁹ analisamos as normas de edição fotográfica contidas nos manuais de redação de diferentes veículos de comunicação, buscando desdobrar aspectos de nossa investigação anterior,¹⁰ sobre o possível caráter normativo de regras de concursos de fotografia jornalística.

Partimos da hipótese de que os manuais de redação se configuram como possíveis espaços de normatização, padronização de procedimentos e consolidação de parâmetros deontológicos, dada a proximidade de tais instrumentos com a vida profissional dos fotojornalistas.

A hipótese sugere que, em tais espaços, as controvérsias, no que diz respeito às interferências no conteúdo das fotografias jornalísticas, poderiam estar coalescendo e sendo construídos novos parâmetros deontológicos,

⁷ A desconfiança do público em relação às fotografias é tanta que, na televisão, existem quadros (e até programas inteiros) destinados a investigar a veracidade de determinadas imagens veiculadas na internet; por exemplo, o quadro “Detetive Virtual” do programa Fantástico, da Rede Globo ou o programa “Caçadores de Mitos” (*MythBusters*), do canal de televisão a cabo *Discovery Channel*.

⁸ Partimos do pressuposto de que, ao falarmos sobre fotografia documental, estamos necessariamente falando sobre uma forma de ser da fotografia, que tem em si um “valor documental”, que pretende suprir o desejo positivista de documentar, de comprovar, científica ou objetivamente, os fenômenos, contribuindo para a construção de uma memória coletiva.

⁹ Os dados para este artigo foram recolhidos durante produção de nossa tese doutoral. Disponível em: <<https://goo.gl/MThLxU>>.

¹⁰ “Manipulação, Prática Profissional e Deontologia na Fotografia de Informação: Identificando Novos Parâmetros”. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/550>>.

ajustados às novas possibilidades e às novas exigências de uma tecnologia que teve amplos efeitos sobre o campo. Em síntese, sugerimos que, nesses espaços, estaria em gestação uma nova ordem deontológica, padronizando o comportamento dos profissionais ligados à fotografia jornalística, tornando, dessa forma, mais criterioso o processo de apreensão e construção da informação visual.

1 Flagrantes manipulativos

Ao iniciarmos nossa pesquisa sobre manipulação nas fotografias documentais jornalísticas, já em um primeiro levantamento, percebemos a grande quantidade de casos de manipulação envolvendo importantes veículos de comunicação. Desde a famosa capa da *National Geographic*, de 1982, em que se alterou a distância das pirâmides do Egito, inúmeros jornais, agências de notícias e revistas têm sido flagradas por leitores, e mesmo por profissionais da área, manipulando digitalmente fotografias. Algumas dessas empresas de comunicação têm grande representatividade no meio, o que, cada vez mais, suscita desconfiças no público leitor, em relação à credibilidade das informações produzidas por esses veículos. O caso de maior repercussão, nos últimos anos, foi o de Brian Walski, em 2003, demitido do *staff* do jornal *The New York Times*, por ter combinado duas fotografias para produzir uma terceira, a de um cidadão iraquiano preso durante a invasão americana no Iraque.

Em 2006, o prestigiado fotógrafo Patrick Schneider, do *Charlotte Observer*, foi demitido por alterar a cor de um céu matinal em uma imagem contraluz de um bombeiro em plena ação¹¹ (Figura 1).

¹¹ Este caso na íntegra pode ser acessado em Winslow (2006). Disponível em: <<https://nppa.org/news/2160>>. Acesso em: 14 out. 2015.

Figura 1 – Foto de Patrick Schneider (top da página). Segundo o editor Rick Thames, do jornal *Charlotte Observer*: “na foto original, o céu era cinza-amarronzado”



Fonte: NPPA. Disponível em: < <https://nppa.org/news/2160> > . Acesso em: 22 dez. 2016.

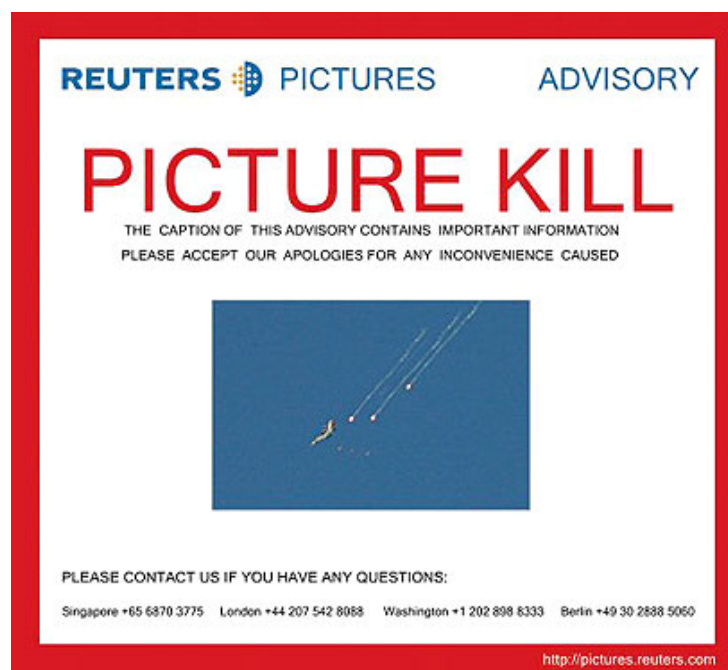
Em 2007, o fotojornalista Allan Detrich foi demitido do jornal *The Blade*, após admitir ter manipulado não uma, mas 79 fotografias publicadas na imprensa, desde o começo daquele ano.¹²

As agências de notícias também têm sofrido descrédito com as muitas denúncias de manipulação por parte de associados e *freelancers*. A *Associated Press*, em menos de dez anos, teve que afastar dois de seus

¹² THE BLADE. Disponível em: < <http://www.toledoblade.com/frontpage/2007/04/15/A-basic-rule-Newspaper-photos-must-tell-the-truth.html> > . Acesso em: 14 out. 2015.

fotógrafos, o argentino Miguel Tovar (ZHANG, 2011)¹³ e o vencedor do prêmio *Pulitzer*, Narciso Contreras (GARRATT, 2014),¹⁴ por terem ambos manipulado fotos. Os profissionais não só foram demitidos da AP como tiveram todos os seus arquivos removidos do banco de imagens da agência – no caso de Contreras, foram aproximadamente 500 fotografias que estavam disponíveis comercialmente. Na mesma direção, a *Reuters* demitiu o fotógrafo libanês Adnan Hajj (LAPPIN, 2006),¹⁵ que teve todas as suas fotos retiradas do banco de imagens da agência, por ter manipulado, em momentos diferentes, duas de suas fotos distribuídas pela *Reuters*. A agência ainda publicou um aviso internacional de *recall* (Figura 2), anexado a uma declaração de repúdio, por parte de seu editor global de imagens, Tom Szlukovenyi: “Não há violação mais grave dos padrões da *Reuters* do que a manipulação deliberada de uma imagem” (apud LAPPIN, 2006).

Figura 2 – A *Reuters* recolheu todas as fotografias de Adnan Hajj



Fonte: Lappin (2006). Loc. cit.

¹³ Peta Pixel. Disponível em: < <http://petapixel.com/2011/07/12/ap-sacks-photographer-for-cloning-his-shadow-out-of-an-image> > . Acesso em: 15 out. 2015.

¹⁴ Daily mail online. Disponível em: < <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2544662/Pulitzer-Prize-winning-photographer-fired-admitting-doctored-Syrian-war-rebel-picture-photoshopping-camera-original-image.html> > . Acesso em: 15 out. 2015.

¹⁵ Lappin (2006). Disponível em: < <http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3287774,00.html> > . Acesso em: 15 out. 2015.

A constatação da enorme quantidade de jornais e de fotógrafos de imprensa, denunciados e punidos por adulterarem o conteúdo de suas fotografias nos últimos 30 anos, levou-nos a pesquisar o que vem sendo dito nos manuais de redação e livros de estilo dos principais veículos de comunicação, de alguns países dos continentes americano e europeu. Procuramos analisar como, e se, estão sendo orientados seus profissionais de imagem em relação ao perigo das manipulações digitais.

A tarefa acabou sendo mais difícil do que imaginávamos, pois grande parte dos veículos de comunicação não disponibiliza para o público seus instrumentos normatizadores. Outros sequer têm tais instrumentos, adotando em geral as normas de manuais e livros de estilo já consagrados e disponibilizados no mercado, tais como o manual da *Folha de S. Paulo*, ou os livros de estilo da *Associated Press* ou do jornal *El País*.

2 Da autorregulação à transparência

Só com o surgimento dos *quality papers*,¹⁶ no início do século XX, aparecem os primeiros “manuais de jornalismo”: “‘*Pour devenir journaliste*’, de Vincent Jamati, de 1906, e ‘*Comment on devient journaliste*’, de André Guérin, em 1910, são alguns exemplos”. (FIDALGO, 2006, p. 105). Tais publicações tratam das qualidades essenciais que se exige de um jornalista. Em 1935, ainda na França, é que se estabelece o primeiro “estatuto profissional de jornalista”, trazendo, enfim, um pouco mais de segurança à profissão, propondo alguns princípios básicos de moralidade e, de alguma forma, disciplinando mais a atuação dos profissionais de imprensa.

Para além dos tratados de retórica desses primeiros manuais, considerados ainda muito superficiais, prescrevendo meras generalidades,¹⁷ segundo Salaverría (1997), o primeiro manual moderno sobre redação jornalística foi publicado em 1886, escrito por Robert Luce e intitulado *Manual for Editors, Reporters, Correspondents, and Printers*. Porém, como observa o autor, dois manuais – o *Steps Into Journalism: Helps and Hints for Young Writers* e *Practical Journalism*, redigidos por Edwin L. Shuman, em 1894 – são frequentemente citados como os primeiros manuais modernos de redação jornalística, talvez pela importância dos textos escritos por Shuman. (SALAVERRIA, 1997, p. 6; LOPES, 2012, p.114).

¹⁶ O sensacionalismo e o “amarelismo” (*yellow journalism*) de alguns jornais levaram parte do público estadunidense e europeu a se voltar para os jornais de elite ou os chamados *quality papers*. O culto à objetividade e o rigor informativo tornaram-se a marca distintiva desses jornais. (SOUSA, 2004).

¹⁷ Escrito em 1871, o *Manual of Composition and Rhetoric*, do professor John Hart, por exemplo, dedicava-se apenas a caracterizar os principais gêneros do jornalismo e algumas recomendações estilísticas (SALAVERRIA, 1997, p. 3).

No Brasil, o primeiro esforço em sistematizar normas de escrita nas redações deu-se em 1929, com o chamado *placard*, uma pequena folha de papel que Gilberto Freire afixava no mural da redação do jornal *A Província*, de Pernambuco, com um conjunto de regras e cuidados no redigir. Freire antecipou em mais de cinquenta anos as orientações dos modernos manuais como os da *Folha de S. Paulo*¹⁸ e do *Estadão*. (VIZEU, 2008).

O primeiro manual de redação jornalística a surgir formalmente no Brasil foi o do *Diário Carioca*, em 1950, no Rio de Janeiro. “Neste jornal foram introduzidos por Danton Jobim e Pompeu de Souza três importantes elementos oriundos do jornalismo norte-americano: o *lead*, o Manual de Redação e o *copy desk*”. (AGOSTINHO; LANNES, 2008, p. 4). Tratava-se de um folheto de apenas 16 páginas, intitulado *Regras de Redação do Diário Carioca*, em que se sistematizavam algumas técnicas do jornalismo norte-americano.

Aos poucos foram se formalizando as normas a serem adotadas pelos vários veículos de comunicação e que, agora, passam a funcionar como “leis” para jornalistas, editores e fotógrafos, uma vez que tais manuais se constituírem uma forma de autorregulação da profissão.¹⁹ Buscavam, além da legibilidade, uma unidade e identidade textual, como lembra Sergio Vilas Boas (1996, p. 40), “racionalizar e padronizar são formas de tornar criterioso o processo de informação. Sem critérios, a prática de informar se tornaria confusa, redundante e discutível”.

Em momento mais recente, os manuais saem da circulação interna e limitada às redações jornalísticas e começam a ser vendidos em livrarias e bancas; passam a ser usados também nas instituições de ensino e se tornam fonte de consulta para a gramática, sistematizando a linguagem e ditando padrões linguísticos, transformando-se em mediadores, entre as diversas vozes que constituem os espaços públicos. Ao publicizar suas normas e padrões de estilo, de comportamento e atitudes dos seus profissionais e ao divulgar sua política redacional e sua ideologia, as empresas jornalísticas estabelecem uma espécie de contrato com o seu público, dando a este maior poder de vigilância e cobrança. Em contrapartida, auferem-se uma imagem pública de qualidade e prestígio, passando maior credibilidade e, sendo assim, tendo maior aceitabilidade por parte da audiência.

Os manuais mais recentes têm incorporado, progressivamente, às novas edições, regras do âmbito da ética e da deontologia. Para além das normas de tratamento da informação, das questões de natureza linguística e

¹⁸ A primeira edição do manual da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, é de 1984. Já o primeiro manual do jornal *Estado de S. Paulo* foi lançado apenas nos anos 1990.

estilística, das considerações legais e das regras de conduta dos jornalistas, os manuais de redação têm se deparado com a necessidade de reformulação, para se adaptarem às novas funções e aos desafios éticos impostos aos meios, nesse novo contexto das tecnologias digitais.

A intenção das empresas jornalísticas em manifestar um aspecto de transparência, surge com maior intensidade à medida que o descrédito no jornalismo aumenta. Como afirma Philip Meyer, “o trabalho jornalístico tanto deve ser ético quanto deve parecer ético” (1989, p. 27); caso contrário, a confiança do público, inevitavelmente, ficará abalada.

3 Metodologia

Nossa primeira dificuldade metodológica foi a delimitação do *corpus*. Primeiramente, buscamos definir quais países, além do Brasil, formariam o conjunto de nossa investigação. Levamos em conta alguns aspectos, tais como potencial e tradição jornalísticos; representatividade política e geográfica; e proximidade linguística e cultural. Do continente americano selecionamos o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos; da Europa, a França, Portugal, Espanha e a Inglaterra.

Como a quantidade de empresas jornalísticas, em alguns desses países, é grande, recortamos nossa amostra, buscando jornais, revistas e agências de notícias que, além de sua tradição no campo, também disponibilizassem seus produtos na web e dessem acesso ao seu Manual de Redação.

No Brasil, são muito poucos os jornais que disponibilizam seus manuais para o público. Só existem no mercado de livros três manuais de redação jornalística, o da *Folha de S. Paulo*, o do *Estado de S. Paulo (Estadão)* e o do jornal *Zero Hora* – sendo a última edição deste último datada de 1994. Também tivemos acesso aos manuais de dois conglomerados de mídia, o do grupo *RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação)* que, dentre vários veículos de comunicação, tem os jornais *Zero Hora*, *Diário Gaúcho*, *Diário Catarinense*, *Jornal de Santa Catarina* e *A Notícia*; e o das *Organizações Globo*, que abrange todos os veículos que pertencem a esse conglomerado.

Nossa busca na web por manuais de redação, nos jornais *online* aqui no Brasil, foi extremamente frustrante e infrutífera. Consultamos os *sites* dos principais jornais de 14 estados brasileiros²⁰ e o único jornal *online*, que disponibiliza seu manual de redação (*Diretriz Ética e Código de Conduta*)

¹⁹ Por vezes os manuais são acusados de limitar e controlar demais o trabalho dos jornalistas. Não pretendemos, neste trabalho, entrar no mérito dessas discussões.

²⁰ Consideramos a lista dos 50 principais jornais brasileiros de 2015, publicada pela Associação Nacional de Jornalistas (ANJ). Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 2 set. 2015.

para o leitor, é o *Jornal do Commercio* de Pernambuco, um dos primeiros do Brasil a ter manual de redação. Constata-se, portanto, que, mesmo em tempos de maior demanda por transparência, a maioria dos jornais *online* no Brasil não se preocupa em divulgar seus instrumentos normatizadores. Diferentemente, nos Estados Unidos, quase todos os principais jornais do país disponibilizam seus instrumentos normatizadores e o fazem de várias formas – impressos para venda, em PDF ou em *links*, em seus jornais *online*. Optamos por investigar apenas cinco dos que consideramos seus principais jornais, além de uma agência de notícias, a *Associated Press* (AP), por ser referência internacional. Incluímos também na análise, apesar de não se tratar de um jornal de grande expressão nacional, o *San Jose Mercury*, por ter sido o primeiro jornal do mundo a ter uma edição *online*. A opção por esse recorte reducionista foi principalmente para que não houvesse um desequilíbrio muito acentuado entre o número de jornais pesquisados nos EUA e os de outros países investigados. Assim, dos EUA foram selecionados os jornais *USA Today*, *The Washington Post*, *The New York Times*, *San Jose Mercury* e *Los Angeles Times*, além da mencionada agência de notícias *Associated Press*.

Da Argentina escolhemos os dois principais jornais do país, o *Clarín* e o *La Nación*; ambos mantêm um manual de redação impresso e disponível para venda, mas não acessível em seus respectivos sites. Da Inglaterra, selecionamos os jornais *The Guardian* e *The Telegraph*, a corporação *British Broadcasting Corporation* (BBC) e também uma agência de notícias, a *Reuters*. Da França, encontramos referências disponíveis de apenas um manual de redação, o do jornal *Le Monde*. Em Portugal selecionamos o diário desportivo *Marca*, o jornal *O Público* e uma agência de notícias, a *Agência Lusa*. Da Espanha, três importantes jornais do país disponibilizam seus manuais de redação, o *El Mundo*, o *El País* e o *La Vanguardia* – estes dois últimos são considerados referência para muitos outros jornais espanhóis, e seus manuais têm versão impressa, para venda, e em PDF. Incluímos também duas revistas – a *Time* e a *National Geographic* – e a *Editora Abril*, responsável pela publicação de muitas revistas no Brasil.

Ao todo foram pesquisados 30 instrumentos normatizadores de 27 empresas jornalísticas de sete países. Três dessas empresas, a AP (*Statemat of News Values and Principles*), o jornal *The New York Times* (*Guidelines on Integrity*) e o jornal *The Telegraph* (*Style Book*), também disponibilizam, além do manual de redação, outra versão normatizadora que, no jornal *NY Times* é chamada de *A Handbook of Values and Practices for the News and Editorial Departments*, na agência AP é denominada *Stylebook* e, no jornal *The Telegraph*, de *Editorial Guidelines*. Tais publicações – assim como os manuais – fazem referência a padrões, normas, guias de conduta e estilo, princípios editoriais, éticos, etc., razão pela qual foram incluídas na análise.

Depois de selecionado o *corpus* de trabalho, propusemo-nos a examinar cada um dos manuais de redação, buscando identificar, em suas normas, não apenas referências relativas ao emprego da manipulação digital na fotografia, mas também diretrizes de comportamento dos profissionais (fotógrafos e editores), diante das possibilidades que a edição fotográfica digital oferece, além de possíveis permissões e restrições referentes às técnicas de edição fotográfica.

Para isso, utilizamos dois quadros de pesquisa – no primeiro deles (Quadro 1), foram levantadas todas as principais observações textuais encontradas nesses manuais sobre manipulação digital de imagens. Essas observações aparecem em quase todos os manuais e, colocá-las em um quadro de referência, nos ajudou a entender melhor quais os posicionamentos normativos dessas empresas, em relação ao fenômeno das manipulações fotográficas digitais no meio jornalístico e se existe alguma orientação clara e tangível a respeito disso.

No outro quadro (Quadro 2), adotamos uma grade que analisa as normas dos Manuais de Redação.²¹ Consiste em uma lista de intervenções digitais possíveis de serem realizadas na pós-produção fotográfica, através de *softwares* de edição de fotografia. A intenção principal deste Quadro 2 é apontar quais são as técnicas mais citadas nos manuais de redação (impressos ou *online*), quais são as que têm uma porcentagem maior de aceitação pelas empresas jornalísticas e quais as que definitivamente constituem violação ética da profissão, segundo as normas estabelecidas nesses manuais. Para isso, designamos a letra “S” para as intervenções citadas como admitidas; para as técnicas claramente referidas como proibidas, designamos a letra “N”; e para as técnicas listadas por nós e que não apareciam referidas nas normas dos manuais, o símbolo “-”.

Aqui a lista das intervenções utilizadas por nós em nossa análise: Corte (*cropping*); Brilho (*brightness*); Contraste (*contrast*); Remoção/adição (*removing/adding*); Rotacionar (*flip*); Nitidez (*sharpening*); P&b (preto-e-branco); Saturação (*saturation*); Curvas (*curves*); Cor (*color setting*); Dessaturação (*desaturation*); *Dodging* (clarear); *Burning* (queimar); Reenquadramento (*reframing*); Clonagem (*cloning*); HDR (*high dynamic range*); Dupla/Múltipla exposição (*multiple-exposure*); Máscaras (*mask*); Efeitos de filtro (*digital filtering*); Arquivo RAW.²²

²¹ Optamos por adotar a metodologia empregada em artigo anterior, já referenciado aqui: “Manipulação, Prática Profissional e Deontologia na Fotografia de Informação: Identificando Novos Parâmetros”. Artigo em que analisamos, usando os mesmos quadros de aferição, as regras dos concursos de fotografia jornalística.

²² Para glossário de termos técnicos acessar: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B9CaP1Pey90cU1BTdTN0UWdDR1E>>.

4 Quadro 1: referenciais textuais

Em nossa pesquisa, como vimos acima, analisamos ao todo 30 instrumentos normatizadores de diferentes veículos de comunicação, 24 dos quais (80%) apresentaram um capítulo ou pelo menos uma parte dedicada à fotografia e/ou à manipulação digital de imagens. Os outros seis instrumentos de normatização analisados, e que não falam em manipulação digital de imagens e, portanto, não estão computados em nenhum dos dois quadros, são o *Manual de Redação e Estilo*, do Estado de S. Paulo; os *Stylebooks*, da Associated Press e do jornal *The Telegraph*; o *Handbook of Values and Practices for the News and Editorial Departments*, do jornal *The New York Times*; o *Manual de Estilo*, da Abril e os *Princípios Editoriais*, das *Organizações Globo*.

No Quadro 1, colocamos em destaque as observações encontradas nesses manuais de redação, relacionadas a normas, avisos e ressalvas relativas ao comportamento dos profissionais quanto à manipulação digital de fotografias. Acreditamos que tais observações devem, ou pelo menos deveriam contribuir de forma significativa para demarcar e clarear os limites da intervenção digital nas fotografias de cunho jornalístico, de alguma forma oferecendo para a classe de profissionais determinados critérios de atuação, que possam nortear sua conduta ética. Convém ressaltar que as observações dos manuais, cujas normas apenas apresentam procedimentos relativos à técnica, estão computados em outro quadro. (Quadro 2).

Quadro 1 – Quadro de observações relativas à edição fotográfica nas normas dos manuais de redação

VEÍCULO	OBSERVAÇÕES
Folha de S. Paulo	Fotomontagem: “Em geral, a Folha não publica. Quando a imagem montada for jornalisticamente relevante, pode ser publicada com a informação, na legenda, de que se trata de uma montagem” (p.71).
Zero Hora	Zero Hora não manipula, distorce, apaga ou corrige fotografias no todo ou em parte. p.17.
RBS	Os veículos da RBS não alteram ou distorcem imagens.
La Nación	Como norma esencial, el ambiente de la toma <u>debe respetarse</u> tal como es. [...] <u>nunca se debe alterar la realidad en función de la estética o en la imaginación.</u> [...] <u>sugiere que el periódico acostumbra a cambiar la realidad.</u>
Clarín	La <u>manipulación de imágenes</u> abarca una serie de técnicas, <u>cuyo objetivo es mejorar la calidad de reproducción de la fotografía periodística</u> [...] <u>Su utilización es legítima, siempre y cuando no se altere el contenido y la naturaleza de la foto.</u> (p.120).
USA Today	We do not alter photographs beyond minimal adjustments of color or <u>stage</u> news photographs.
W.P.	<u>Traditional darkroom techniques</u> such as adjustment of contrast and gray scale are permitted. <u>Mortises and photographs tipped at an angle should be avoided at all cost.</u>
NY Times	Adjustments of color or gray scale should be <u>limited to those minimally necessary for clear and accurate reproduction</u> , analogous to the “burning” and “dodging” that formerly took place in darkroom processing of images.

AP	[...] The faces or identities of individuals must not be obscured by Photoshop [...] Minor adjustments in Photoshop are acceptable. These include cropping, dodging and burning, conversion into grayscale , and normal toning and color adjustments that should be limited to those minimally necessary for clear and accurate reproduction (analogous to the burning and dodging often used in darkroom processing of images) and that restores the authentic nature of the photograph.
BBC	no manipulation of the pictures.
The Guardian	Digitally enhanced or altered images, montages and illustrations should be clearly labeled as such.
Reuters	sub editors will be trained in the use of Photoshop by qualified Adobe; The Eye Dropper can be used on a neutral gray area to set colour ; Camera Settings, in “standard”; Multiple-Exposure pictures must be clearly identified in the caption.
Le Monde	Ne pas user de méthodes déloyales pour obtenir [...] des photographies
El País	Queda prohibida toda manipulación de las fotografías que no sea estrictamente técnica (edición periodística, eliminación de deterioros o corrección de defectos de revelado o transmisión). Por tanto, no se puede invertir una fotografía, ya se trate de paisajes, edificios o personas.
El Mundo	Las fotos sólo se podrán tratar para mejorar la calidad, nunca para forzar la información que aportan. En este sentido, no se podrán manipular para cambiar la orientación de las personas de derecha a izquierda o viceversa.
La Vanguardia	En las fotografías informativas está prohibido manipular la imagen más allá de los mínimos técnicos. Todo lo que suponga una distorsión de la realidad existente ante la cámara en el momento de tomar la fotografía es éticamente reprochable.
Público	Em todas as circunstâncias deve ser ponderada a diferença estética e ética entre uma imagem original e insólita e a facilidade da caricatura.
NatGeo	Do not alter reality on the finished image...
Time	News photos must never be altered without explanation. [...] readers should be so informed.

Fonte: Elaboração própria.

5 Quadro 2: técnicas específicas de edição fotográfica

Nesse segundo quadro de análise (Quadro 2), computamos as observações textualmente explícitas referentes às permissões e proibições do uso de determinadas técnicas de edição fotográfica, apresentadas nos manuais de redação analisados. Além disso, também computamos os procedimentos que não se encontram mencionados nas normas desses manuais, mas que constam de nossa lista.

Quadro 2 – Analisando técnicas específicas de edição fotográfica

V. de Comunicação	Zero Hora	Clarín	USA Today	WP	NY Times	LA Times	AP	Reuters	El País	El Mundo	La Vanguardia
Alterações											
Corte	N	–	–	–	S	–	S	S	–	–	S
Brilho	–	–	–	S	–	S	S	S	S	–	S
Contraste	–	–	–	S	–	S	S	S	S	–	S
Remoção/adição	N	N	–	N	N	N	N	N	–	–	N
Nitidez	–	–	–	–	–	–	S	S	S	–	–
P&b	–	–	–	S	S	–	S	–	–	–	N
Saturação – COR	–	–	–	–	N	N	N	N	–	–	N
Curvas	–	–	–	–	–	–	–	N	–	–	–
COR	–	–	S	–	S	S	S	S	–	–	S
Dessaturação	–	–	–	–	–	–	N	N	–	–	–
<i>Dodging</i>	–	–	–	–	S	N	S	S	–	–	–
<i>Burning</i>	–	–	–	–	S	N	S	S	–	–	–
Reenquadramento	–	N	–	–	–	–	–	S	–	–	N
Clonagem	–	–	–	–	–	–	N	N	S	–	–
HDR	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dupla exposição	–	N	–	–	–	–	–	S	–	–	–
Máscaras	–	–	–	–	N	–	N	N	–	–	–
Efeitos de filtro	–	–	–	–	–	–	N	N	–	–	–
Rotacionar	N	N	–	–	–	–	–	–	N	N	–
Arquivo RAW ^{www}	–	–	–	–	–	–	–	S	–	–	–

Fonte: Elaboração própria.

7 Discutindo as informações obtidas

Analisando as observações apresentadas nos 24 manuais de redação que, efetivamente, mencionam a fotografia, pudemos perceber, de partida, que são poucos aqueles que realmente se preocupam em sistematizar, em um capítulo à parte, as normas e os procedimentos de atuação em relação às fotografias jornalísticas. Em geral, essas informações aparecem sem muito destaque e em situação desproporcional, se comparadas a outros itens de similar importância dentro de um manual. Entendemos que, quanto mais detalhadas e claras forem as normas e instruções de um manual, maior respaldo as empresas teriam frente às polêmicas relativas às manipulações fotográficas.

À exceção dos manuais empregados pelos jornais *Zero Hora*, *Clarín*, *Washington Post*, *El País* e *La Vanguardia*, e da agência *Reuters* – que apresentam um capítulo exclusivo e bem detalhado dos procedimentos e normas relativos à fotografia –, a maior parte dos instrumentos normatizadores analisados trazem apenas recomendações sucintas, pouco claras e pouco abrangentes, relativas aos problemas da manipulação digital indiscriminada. Mesmo esses manuais considerados mais detalhados alertam, na maioria das vezes, para situações anteriores ao momento digital, em que as preocupações éticas e deontológicas estavam mais

voltadas para situações como a construção da cena, coibindo fotos posadas (*stage*); para os cuidados em fotografar menores, e para questões ligadas à invasão de privacidade.

Poucos são os manuais analisados que refletem maior preocupação com os problemas decorrentes da manipulação digital. Menos ainda os que, efetivamente, apontam peremptoriamente para as edições fotográficas interditas e lícitas ou que enunciam as diversas situações possibilitadas pela manipulação de imagens, posicionando-se claramente em relação a elas, de forma a que seus profissionais não tenham dúvidas sobre que posição tomar.

Em nossa análise, vimos que muitas das referências à manipulação digital, encontradas nesses manuais de redação, tendem a ser ambíguas, sem especificar claramente os limites de certos procedimentos, podendo, dessa forma, ser alvo de interpretações dúbias ou, mesmo, a partir daí, criar constrangimentos para seus profissionais.

Quando se utilizam expressões como: “[...] el ambiente de la toma debe respetarse tal como es”²³; “We do not alter photographs beyond minimal adjustments of color [...]”;²⁴ “Adjustments of color or gray scale should be limited to those minimally necessary for clear and accurate reproduction [...]”;²⁵ e “Traditional darkroom techniques [...] are permitted,”²⁶ corre-se o risco de abrir perspectivas que distam dos valores éticos apregoados pelas empresas, sem que o profissional perceba que está transgredindo os limites impostos pela ética da sua profissão.

Como pode estar claro para um jovem fotojornalista, “nativo digital”, por exemplo, quais eram efetivamente as técnicas de edição permitidas nos tempos analógicos do quarto escuro? Quais são esses “mínimos ajustes de cor”, quando um mínimo ajuste de cor na pele de O. J. Simpson, ex-jogador de futebol americano, tornou-se um caso histórico de manipulação fotográfica no jornalismo? Da mesma forma, indagamo-nos sobre o que seria “respeitar o momento de tomada da imagem”, se sabemos que, mesmo nos tempos analógicos, a maioria das imagens necessitava de ajustes técnicos e, por vezes, de cortes para se adequar ao *design* das páginas, ao *template* ou para que se pudesse inserir material publicitário? Observações genéricas, como “limitar-se ao mínimo necessário”, “não usar métodos desleais” ou mesmo “não distorcer a realidade” nos levam a crer

²³ “O ambiente da tomada [fotográfica] deve ser respeitado tal como é” (jornal *La Nación*).

²⁴ “Nós não alteramos as fotografias para além dos mínimos ajustamentos de cor [...]” (jornal *USA Today*).

²⁵ “Ajustes da cor ou da escala de cinza devem ser limitados àqueles minimamente necessários para uma reprodução clara e precisa [...]” (jornal *New York Times*).

²⁶ “Técnicas tradicionais do quarto escuro [...] são permitidas” (jornal *Washington Post*).

que essas empresas partem do pressuposto de que seus profissionais já têm muito claros quais sejam esses “mínimos” ou quais técnicas de pós-produção utilizadas são consideradas leais ou desleais.

Achamos significativo o fato de a maioria dos jornais brasileiros não disponibilizar seus manuais de redação ou nem mesmo ter um instrumento dessa natureza. Mesmo os manuais de maior importância no Brasil, como o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, o *Manual de Redação e Estilo do jornal Estado de S. Paulo* e os *Princípios Editoriais das Organizações Globo*, sequer fazem menção à manipulação digital de fotografias. O manual do *Estadão* nem ao menos fala em fotografia, assim como o das *Organizações Globo* – o que, de alguma forma, demonstra que os problemas ocasionados em todo o mundo, pelas denúncias de manipulação em fotografias jornalísticas e mesmo as punições aplicadas aos profissionais do campo, não entraram ainda na pauta dos grandes jornais brasileiros. Dos manuais brasileiros aos quais tivemos acesso, apenas o *Manual de Ética Redacional e Estilo* do jornal *Zero Hora*, cuja última edição data de 1994, fala literalmente, mesmo que de modo sucinto, de manipulação fotográfica, alertando: “Zero Hora não manipula, distorce, apaga ou corrige fotografias no todo ou em parte”. (ZERO HORA, 1994, p.17).

Diferentemente dos jornais brasileiros, grande parte das empresas norte-americanas, inglesas, argentinas e espanholas pesquisadas aborda o problema da manipulação fotográfica. Algumas são taxativas e exibem suas preocupações, inclusive elencando, em suas regras, permissões e interdições relativas ao uso de determinadas técnicas de edição, como vemos no Quadro 2. Outros jornais, apesar de categóricos em afirmar em suas normas que “no manipulation of the pictures”;²⁷ “Queda prohibida toda manipulaci3n de las fotografias”;²⁸ “En las fotografias informativas est3 prohibido manipular la imagen”;²⁹ “News photos must never be altered”,³⁰ não se aprofundam em maior detalhamento. Acabam, dessa maneira, tamb3m caindo em generalidades e ambiguidades, principalmente quando recomendam recorrer a “mínimos ajustes”, “tradicionais técnicas do quarto escuro” ou a “tratamentos só para melhorar a qualidade”. Alguns jornais limitam-se apenas a pedir que, caso as fotografias tenham sido de alguma forma alteradas em seu conteúdo, elas sejam claramente identificadas como tal.

Em síntese, o que apreendemos das informações analisadas no Quadro 1 é que, mesmo sendo parcimoniosas e demandando, em nosso entender, maior detalhamento, clareza e precisão, as normas relativas à manipulação fotográfica existentes nesses manuais de redação demonstram preocupação

²⁷ “nenhuma manipulação das imagens” (BBC, *Editorial Guidelines*, 2015).

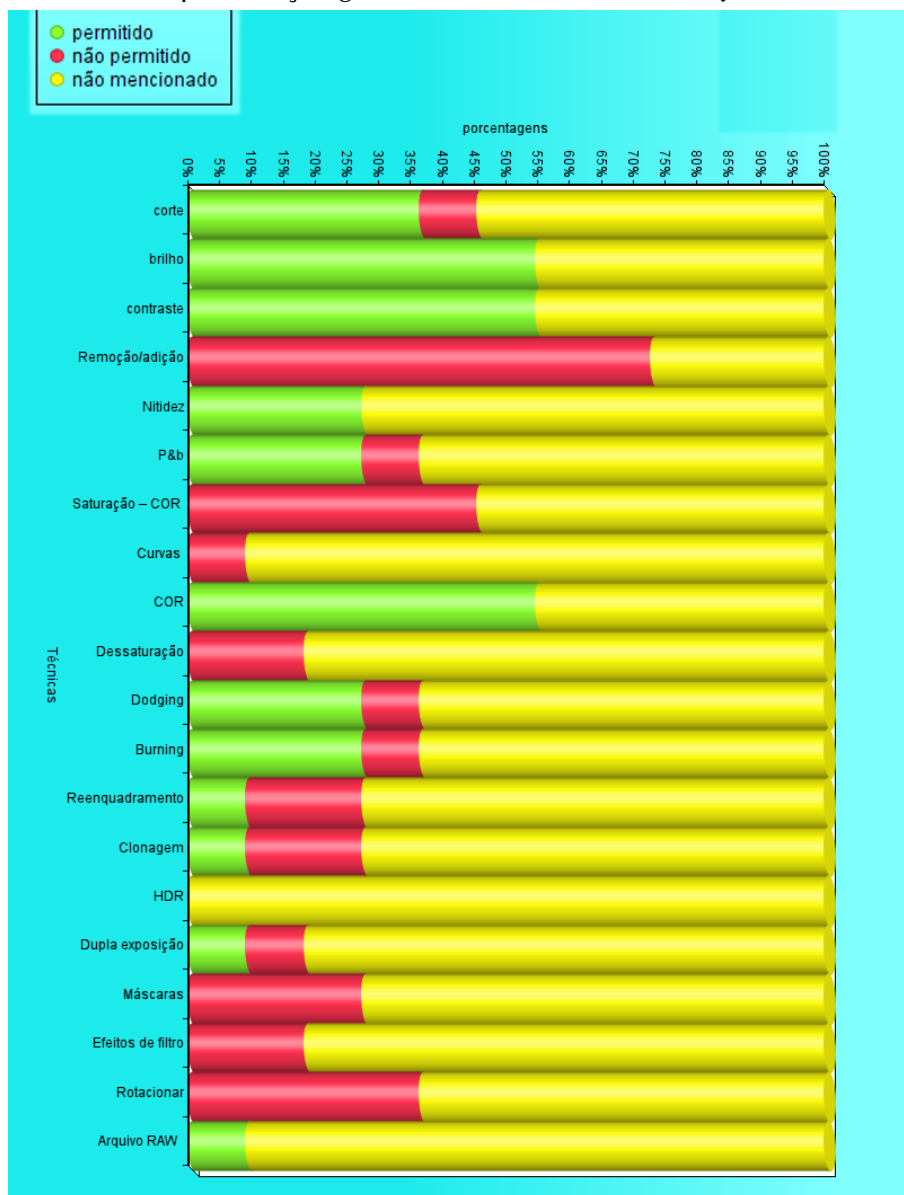
²⁸ “Ficam proibidas todas as manipulações de fotografias” (*El País*, *Manual de Estilo*, 2002).

²⁹ “Nas fotografias informativas est3 prohibido manipular imagens” (*La Vanguardia*, 2004).

em alertar seus profissionais quanto aos problemas éticos decorrentes do uso indiscriminado dessas ferramentas de edição.

Para ajudar na visualização e para melhor compreensão dos dados obtidos, transpusemos os resultados do Quadro 2 para um gráfico colorido, traduzido em porcentagens. (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Apresentação gráfica dos dados obtidos no Quadro 2



Fonte: Elaboração própria.

Visualmente já é possível perceber o predomínio da cor amarela em nosso gráfico. Isso indica, como sinaliza a legenda, que mesmo os manuais de redação que se preocupam em relacionar certos procedimentos permitidos ou não (apenas 36,6%, ou seja, cerca de um terço dos manuais analisados), não demonstram preocupação em detalhar tais procedimentos. Em nosso entender, tal detalhamento seria fundamental para que profissionais lotados nessas empresas se assegurassem de que não estão incorrendo em erro, ao lançarem mão de determinadas técnicas de intervenção em uma fotografia.

Procedimentos importantes da fotografia jornalística, como Corte da área física de uma imagem, transposição de uma foto colorida para P&B, aumento da Nitidez ou Reenquadramento de uma imagem, simplesmente, não são mencionados na maioria dos instrumentos normativos pesquisados. Mesmo as novas técnicas surgidas, com o advento do digital, tais como Clonagem, Efeitos de Filtros Digitais e Máscaras, bem como a apresentação do arquivo RAW (considerado o negativo digital de uma foto), poucos são citados e, por conseguinte, poucas são as advertências ou orientações referentes ao seu uso. Além disso, nenhum dos manuais analisados faz menção à técnica do HDR (*High Dynamic Range*),³¹ cuja utilização, depois de ter sido flagrada na capa do jornal *The Washington Post*,³² tem levantado muitas discussões.

As duas agências de notícias, *Reuters* e a *AP*, destacam-se em seus manuais, pelo detalhamento das técnicas de edição permitidas e não permitidas, omitindo-se em poucos dos procedimentos por nós elencados. Trata-se, possivelmente, de uma reação aos vários casos em que seus profissionais foram flagrados manipulando, não uma, mas várias das fotografias distribuídas por essas agências.

No que diz respeito às empresas jornalísticas, destacam-se os veículos norte-americanos *The New York Times* e o *Los Angeles Times*, coincidindo com as observações já feitas anteriormente, neste artigo, que colocam os EUA como um dos países com a maior percentagem de jornais preocupados em disponibilizar seus instrumentos normatizadores e evidenciar os problemas éticos derivados da manipulação de conteúdo nas imagens.³³

³⁰ “Fotos de notícia nunca devem ser alteradas” (*Time Inc. Editorial Guidelines*, 2012).

³¹ Para o conceito de HDR vide glossário, disponível em:

< <https://drive.google.com/drive/folders/0B9CaP1Pey90cU1BTdTN0UWdDR1E> >.

³² A polêmica foi publicada no site do jornal. Cf. *The Washington Post*. Disponível em: < http://www.washingtonpost.com/blogs/ask-the-post/post/post-photography-and-the-use-of-high-dynamic-range/2012/01/17/gIQAHGlg5P_blog.html?hpid=z4 >. Acesso em: 12 out. 2015.

³³ Os jornais brasileiros não aparecem no Gráfico 1, nem no Quadro 2, pois, como já havíamos alertado, sequer mencionam a questão da manipulação digital em seus manuais.

Em relação às técnicas elencadas por nós, no Quadro 2, apesar de a maioria delas ser pouco mencionada nos manuais analisados, observa-se preocupação em apontar os chamados “ajustes mínimos permitidos nos tempos do quarto escuro (*darkroom*)”. Sendo assim, percebemos que as técnicas mais citadas como permitidas (aproximadamente 55% dos manuais admitem tais ajustes), desde que sejam usadas moderadamente, foram sintetizadas em três procedimentos, também chamados de “procedimentos básicos”: os ajustes de Brilho, Contraste e Cor, encontrados em nosso gráfico, na mesma porcentagem para citações positivas.

O procedimento mais citado como proibido pelos manuais de redação foi, sem dúvida, a Remoção ou Adição de elementos na fotografia – quase 75% dos manuais repudiam tal artifício. Em seguida, também considerados como interditos, encontramos Saturação das Cores, Máscaras, Reenquadramento e Clonagem.

Outra técnica que aparece entre as interdições e que nos causou surpresa foi a de Rotacionar a fotografia. A surpresa se deve ao fato de este ser um procedimento corriqueiro, extremamente utilizado nos tempos analógicos pela maioria dos jornais impressos; hoje, aparece citado como proibido na maioria dos manuais, os quais chegam a detalhar este aspecto em suas normas.

A utilização do *Dodging* e do *Burning*, procedimentos muito utilizados nos tempos do quarto escuro, é pouco citada nesses manuais. O jornal *Los Angeles Times*, inclusive, proíbe terminantemente o uso de tais técnicas. O que mais nos surpreendeu nesse caso foi o desinteresse geral das empresas por essas duas técnicas, que têm sido alvo de várias polêmicas no meio fotojornalístico (apenas quatro manuais as mencionam, dos 30 analisados). Muitos fotógrafos tendem a exagerar na sua aplicação, criando constrangimentos para o campo e levantando sérios problemas em relação à ética de tais intervenções. Por vezes, os fotógrafos envolvidos se defendem das acusações de manipulação, alegando não estarem claros, nas normas, os limites de aplicação dessas técnicas.

Considerações finais

Em síntese, o que percebemos com essa análise das normas dos manuais de redação é que muitos jornais e empresas de comunicação não se mostram excessivamente preocupados em definir limites mínimos de utilização das diversas ferramentas disponibilizadas pelos programas de edição fotográfica digital. Vale registrar que não é, neste momento, objetivo de nossa pesquisa, tentar entender o porquê de quase a totalidade dos jornais brasileiros não se mostrar preocupada em deixar claro para seus profissionais qual a postura ética da empresa, diante das diversas nuances

e possibilidades de se adulterar o conteúdo de uma fotografia. Ainda assim, essa postura nos causa estranheza – assim como o pouco interesse desses jornais em tornarem acessíveis ao seu público leitor, através da disponibilização de seus manuais ou princípios deontológicos, as normas e diretrizes que regem o comportamento ético da empresa e de seus profissionais, em relação à manipulação digital, num momento em que se exige cada vez mais transparência por parte do jornalismo.

Tal constatação, de certa forma, surpreendeu-nos. Afinal, estávamos investigando empresas que têm a credibilidade como elemento fundamental de seu capital simbólico. Seria de se esperar que tais empresas, para preservar a imagem de instituições responsáveis, produtoras de informação crível e de qualidade, e para cujas práticas os valores éticos e a transparência deveriam ser um imperativo, estivessem mais preocupadas em criar elementos deontológicos que estabelecessem, o mais claramente possível, o que é ou não permitido, quando se fala em manipulação digital do material fotográfico.

Quanto aos veículos dos outros países pesquisados, percebe-se, em seus instrumentos normatizadores, maior preocupação – mesmo não sendo minimamente proporcional ao detalhamento e aos cuidados destinados às regras que orientam o profissional, em relação ao texto escrito – em situar seus fotógrafos, editores e leitores sobre qual é, efetivamente, a posição dessas empresas, no que concerne à manipulação fotográfica e aos seus efeitos sobre a ética e a credibilidade.

Ao analisarmos os resultados de nossa investigação empírica, percebemos que poucos são os manuais de redação que refletem maior preocupação com os problemas éticos decorrentes da manipulação digital. Basta vermos que apenas 11, dos 30 instrumentos normatizadores analisados (ou seja, 36%), apresentavam alguma regra mais detalhada referente à manipulação fotográfica e, ainda assim, limitada e pouco esclarecedora. A situação observada chega a ser bizarra, pois essas mesmas empresas estão sendo colocadas em xeque, seus profissionais sendo questionados e elas mesmas têm tomado medidas saneadoras, demitindo e, por vezes, execrando seus profissionais e deletando seus bancos de imagem, tudo em função das denúncias de manipulação. Não seria então lógico que as empresas de comunicação se preocupassem em deixar transparente seu posicionamento em relação aos deslizos éticos e, ao mesmo tempo, firmassem ou reafirmassem seu contrato de veracidade com o leitor? A existência de normas claras, quanto ao tratamento de imagens, isentaria de suspeitas as empresas, repassando a seus profissionais o dever de ater-se aos parâmetros estabelecidos, sob risco de justas sanções.

Os achados em relação às normas deontológicas dos veículos de comunicação brasileiros foram ainda mais extremos e, de certa forma,

preocupantes, pois, dos 50 jornais analisados, apenas um disponibiliza seu manual de redação *online*, mas sem mencionar manipulação fotográfica. Dos 50 casos levantados, somente três jornais mantêm manual impresso e disponível nas bancas, sem, entretanto, entrar no mérito das manipulações.

Apenas uma única empresa de comunicação, a Agência *Reuters*, apresenta um grau de preocupações e exigências explícitas, quanto às posturas que devem reger sua produção fotográfica. A agência inglesa tem demonstrado grande preocupação com a questão das manipulações fotográficas, chegando a ponto de detalhar, em suas normas, as permissões e os impedimentos relativos às técnicas. Também disponibiliza um *blog*³⁴ em que o editor-chefe da agência, David Schlesinger, discute os principais procedimentos manipulativos relativos ao *Photoshop* e outros programas de edição, numa seção chamada *Technical Guidelines*, especificando, inclusive, os graus de aplicação permitidos a determinadas ferramentas. Foi o maior nível de clareza que encontramos em nosso levantamento, com manifesta preocupação de diferenciar, de maneira operacional, ajustes técnicos e manipulação. Mas, no âmbito geral, não é o que acontece com a maioria das normas levantadas e analisadas em nossa pesquisa.

Diferentemente do que pudemos observar em estudo anterior sobre as regras dos concursos de fotografia jornalística, os manuais de redação têm se preocupado muito pouco em detalhar os usos e menos ainda em fixar os limites do emprego dessas ferramentas, deixando, por vezes, a cargo do bom senso e da sensibilidade de seus fotojornalistas e editores os critérios mais apropriados de utilização das ferramentas de edição e manipulação disponíveis. Embora, de fato, as observações encontradas demonstrem que há uma preocupação, mesmo que ainda tímida, se contrapusermos tais esforços aos efeitos que as manipulações têm produzido para a credibilidade do fotojornalismo, fica ainda muito evidenciada a falta de clareza e de objetividade em formular um conjunto de normas mais abrangentes. É de se estranhar a ausência de normas que respondam com eficácia às necessidades impostas pelo uso cada vez mais alargado e indiscriminado de artifícios manipuladores, na hora de ajustar a realidade percebida, através da lente aos critérios de noticiabilidade, credibilidade e precisão que a imagem fotográfica jornalística exige.

³⁴ Blog Dashboard. Disponível em: <<http://blogs.reuters.com/blog/archives/4327>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

Referências³⁵

AGOSTINHO, Tiago César; LANNES, Joaquim Sucena. *Questão de estilo: evolução dos Manuais de Redação no Brasil*. Estudo de caso dos Manuais de Redação dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://jornalismo.ufma.br/thaisa/files/2012/03/historia_manuais.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

BATCHEN, Geoffrey. Vernacular photographs. In: *Each wild idea: writing photography history* – BATCHEN, Geoffrey. Massachusetts: MIT, 2000, p. 57-204.

BURGESS, Jean. *Vernacular creativity and new media*. Dissertation for degree of Doctor of Philosophy. Queensland University of Technology, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/pB2bB>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

FIDALGO, Joaquim Manuel Martins. *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/60113/JFIDALGO_2006_Tese_Doutoramento.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

GARRATT, Luke. Pulitzer Prize-winning photographer fired. *Daily Mail Online*, 23/01/2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2544662/Pulitzer-Prize-winning-photographer-fired-admitting-doctored-Syrian-war-rebel-picture-photoshopping-camera-original-image.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

IRBY, Kenneth. *A photojournalistic confession*. Poynter Online. 2003. Disponível em: <<http://www.poynter.org/uncategorized/14840/a-photojournalistic-confession/>>. Acesso em: 30 maio 2011.

LAPPIN, Yaakov. *Reuters admits to more image manipulation*. *Israel News*, 08/07/2006. Disponível em: <<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3287774,00.html>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

LOPES, Maraisa. Folha: do Manual ao Jornal ou do Jornalístico ao Pedagógico. 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000855430>>. Acesso em: 12 out. 2015.

MACHADO, Arlindo. Fotografia em Mutação. *Jornal Nicolau* nº 15, 1993. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/fotografia/wp-content/uploads/downs-uteis-fotografia-em-mutacao.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MEYER, Philip. *A ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

³⁵ EMPRESAS JORNALÍSTICAS PESQUISADAS – Endereço das empresas e links para os Manuais podem ser acessados em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B9CaP1Pey90cMkVlbn5yTE1yMXM>>.

RIEDL, Titus. *Últimas lembranças: retratos da morte, no Cariri, região do Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2010.

SALAVERRIA, Ramón. *Aproximación a los orígenes de la preceptiva sobre escritura periodística (1840-1940)*. 1997. Disponível em: <http://www.communication-soci-ety.com /descarga_doc.php?art_id = 161>. Acesso em: 12 out. 2015.

SILVA JÚNIOR, José Afonso. *A quem interessa a morte do fotojornalismo?* Continente Multicultural, Recife: Companhia Editora de Pernambuco. No. 108, 2009. Disponível em: <<http://www.revistacontinente.com.br/index.php/component/content/article/502-artigo/4687-a-quem—interessa-a-morte-do-fotojornalismo.html>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

SOUSA, Jorge Pedro. *A tolerância dos fotojornalistas portugueses à alteração digital de fotografias jornalísticas*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC). Covilhã, Universidade da Beira Interior, 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto .php?html2 = sousa-pedro-jorge-Alteracao-Fotografias.html>. Acesso em: 21 maio 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó: Argos – Editora Universitária, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história breve do jornalismo no Ocidente*. 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

VILAS BOAS, Sergio. *O estilo maganize: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

VIZEU, Alfredo. Gilberto Freyre e os manuais de redação. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, a. 29, n. 50, p. 163-177, 2008.

WHEELER, Thomas H. *Phototruth or photofiction? Ethics and Media Imagery in the Digital Age*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2002.

WINSLOW, Donald R. A question of truth: photojournalism and visual ethics. *NPPA*, 02/08/2006. Disponível em: <<https://nppa.org/news/2160>>. Acesso em: 12 out. 2015.

ZHANG, Michael. *AP Sacks Photographer for Cloning His Shadow Out of an Image*. Peta Pixel, 12/07/2011. Disponível em: <<http://petapixel.com/2011/07/12/ap-sacks-photographer-for-cloning-his-shadow-out-of-an-image>>. Acesso em: 15 out. 2015.

